

Práticas de escrita feminina: o exercício da resistência

Marcelo Medeiros da Silva²¹

RESUMO

Inserindo-se no rol de trabalhos voltados à construção de uma memória feminina em nossas Letras e à reiteração da importância dos escritos de autoria feminina para a literatura e a cultura de nosso país, notadamente para o processo de compreensão do nosso passado literário, o presente texto procura refletir sobre as práticas de escrita feminina como *locus* do exercício de resistência à política de silenciamento a que eram compelidas as mulheres que resolveram fazer da escrita espaço simbólico de representação em um cenário avesso à participação feminina em esferas públicas de visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas de Escrita, Escrita de Autoria Feminina, Memória Cultural

ABSTRACT

Inserted in the list of works that concern both to the construction of a feminine memory in Brazilian Literature and to the reiteration of the importance of feminine writings to Brazilian culture, especially to the process of comprehension of the literary memory of this country, this text aims to reflect upon the practices of women's writing as *locus* of the exercise of resistance against the policy of silencing that used to compel the women who decided to turn their writing into a symbolic space of representation in a scenery averse to women participation in visible public spheres.

KEY-WORDS: Practices of Writing, Feminine Writing, Cultural Memory

²¹ Professor do PIBID-Letras no campus VI da Universidade Estadual da Paraíba.

A escrita de uma mulher é sempre feminina, não pode deixar de o ser: no seu melhor, será tanto mais feminina; a única dificuldade está em definir o que queremos dizer com feminino.

Virginia Woolf

É impossível definir uma prática feminina de escrita, e isto é uma impossibilidade que permanecerá, pois esta prática nunca será teorizada, cercada, codificada – o que não quer dizer que não exista.

Hélène Cixous

Durante muito tempo, escrita e saber estiveram – e ainda, talvez, continuem – relacionados ao poder e foram usados como formas de dominação e de exclusão de determinadas vozes que tentassem ecoar algum som em meio ao silêncio que era imposto para que se mantivesse a ordem social em uma sociedade de base falocêntrica, patriarcal, machista e sexista. Mesmo assim, o discurso hegemônico do patriarcalismo não conseguiu abafar determinadas vozes, principalmente de algumas mulheres que não estavam contentes em serem rotuladas de o segundo sexo e que, por isso, se negaram à subordinação. Por causa, dentre outros fatores, das tentativas de subversão à ordem do pai, a integração de mulheres/escritoras ao universo da escrita foi marcada por uma trajetória bastante dolorosa, principalmente porque escrita e saber, além de serem usados como forma de dominação, “ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até mesmo sentimentos esperados em determinadas situações” (TELLES, 2002, p. 402), eram tidas como ferramentas exclusivas do espaço masculino. Por isso, durante muito tempo, foram negadas às mulheres a autonomia e a subjetividade necessárias à criação.

Dentro do cenário literário, a escrita produzida por mulheres teve – e continua tendo – de conviver com uma política de ocultamento que trouxe consequências quase que irreparáveis. Muitas foram as mulheres que, embora com a pena em riste, não puderam

se expressar e tiveram sua obra, sua intelectualidade assujeitadas ao Outro, o sujeito masculino. Por isso, persiste a necessidade de estudos que possam, segundo Schneider (2000), reconstruir a história literária produzida por mulheres, pondo em evidência o percurso, as dificuldades, os temores, as estratégias para romper o confinamento em que viviam e, ao mesmo tempo, promover a revalorização dessa literatura que no passado não recebeu devida atenção.

Nesse sentido, considerando-se que a inserção das mulheres no campo da escrita literária foi um percurso marcado por barreiras e por lutas contra uma política de cerceamento e contra uma miríade de formações ideológicas que impeliam a produção feminina ao esquecimento, o presente texto procura refletir sobre a seguinte hipótese acerca da a(tua)ção feminina no cenário literário: as mulheres-escritoras conseguiram resistir às investidas de silenciamento fomentadas por uma sociedade patriarcal dentro da qual a escrita era uma prerrogativa masculina porque elas exerceram a prática dos mais diversos textos (poemas, romances, livro de receitas, álbuns de fotografia, conferências, crônicas) a partir dos quais foi possível obter visibilidade social, o que lhes permitiu que, para além das amenidades do lar, mimetizassem formas de ser e de existir de sujeitos que, assim como elas próprias, não pertenciam às estruturas hegemônicas de poder e sofriam as coerções, muitas vezes, simbólicas do jugo patriarcal. Assim, para prosseguirmos com a argumentação em torno da hipótese aventada, precisamos, inicialmente, recorrer a uma significação primeira sobre o vocábulo *escrever*, o qual, conforme o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, significa:

ESCREVER: v.t.d. 1 representar por sinais gráficos (pensamentos, idéia etc.); redigir 2 riscar sobre uma superfície (palavras, frases, letras, caracteres etc.) 3 inscrever, gravar 4 B infrm. Aplicar multa a (infrator de transito) t.d. e int. 5 criar (obra escrita); compor, redigir (e. um romance) (e. diariamente para o jornal) t.i. e t.d.i 6 (prep. a, para) enviar (carta, bilhete etc.) (DICONÁRIO HOUAISS, 2004, p. 300).

Visto meramente como uma palavra dicionarizada, não nos apercebemos dos outros matizes de que se reveste este ou aquele verbete, uma vez que a palavra pode nos apresentar as suas “essências” ou significações primeiras, mas não nos dá a conhecer outras possibilidades de significação que ela adquire quando posta em ação. Escrever,

verbete acima descrito, bem mais do que as acepções apresentadas, quando conjugado, ou melhor, quando mergulhado na intrigante rede ideológica que tece a sociedade em que vivemos, é inevitavelmente um ato político e ideológico por meio do qual aquele que escreve vai, sobretudo, se inscrevendo, imprimindo sua marca, por mais indelével que seja, naquilo que escreve. A nosso ver, Jean Genet definiu muito bem o ato de escrever da seguinte forma:

A página que no início era branca, agora está cruzada de alto a baixo por minúsculos sinais negros, as letras, as palavras, as vírgulas, os pontos de exclamação, e é graças a eles que se diz que esta página é legível. Contudo, há uma espécie de inquietação do espírito, há essa vontade de vomitar muito próxima da náusea, há uma oscilação que me faz hesitar em escrever... seria a realidade esta totalidade de sinais negros? O branco, aqui, é um artifício que substitui a translucidez do pergaminho, o ocre marcado dos tabletes de argila, mas este ocre em relevo, como a translucidez e o branco, talvez tenha uma realidade mais forte que os sinais que o desfiguram (GENET, 2003, p. 09).

Cristalizada nas páginas de um dicionário, a palavra perde, portanto, “uma realidade mais forte”, escapa-lhe não só a “inquietação do espírito”, como também a “vontade de vomitar próxima da náusea”. Essas realidades nos fazem, apropriando-nos das palavras de Jean Genet, hesitar em escrever. Retomando o que vínhamos discutindo acerca da produção literária de escritoras de outrora, parece-nos que a dialética entre hesitar e escrever foi uma das marcas na trajetória das mulheres-escritoras. Lembremos que, para elas, escrever era muito mais do que representar por sinais gráficos, era muito mais do que gravar, redigir. Escrever era uma luta por algo que lhes era negado: o exercício da escrita. E por que será que o “simples” ato de escrever era negado às mulheres? Primeiro, escrever pressupõe, no mínimo, saber dar contorno à tinta e fazê-la, portanto, assumir a forma de determinados caracteres no branco do papel. Temendo, talvez, que as mulheres (se) sujassem (n)as (im)purezas do branco, a elas era “concedido” o direito de não poderem escrever. O segundo motivo por que a escrita se apresentou às mulheres como um território selvagem foi o fato de que, como já havíamos apontado, escrever estava reservado apenas ao exercício masculino.

Tornar a escrita uma prática efetiva foi um exercício bastante angustiante para o

feminino. Mesmo sabendo escrever, o que não era a realidade de muitas mulheres, sobre o que escreveriam elas, se se deveria escrever sobre grandes temas e acerca de feitos viris? E de que grandes feitos haviam participado? Diante de um cenário marcado por uma miríade de adversidades, escrever revelou-se para as mulheres um grande conflito pessoal e social, uma vez que escrever era considerado algo que quebrava a concepção de feminilidade, de fragilidade própria do feminino. Escrever era, portanto, uma atividade que exigia atividade mental, conexões com o mundo da ação, aspectos estes que estavam distante da concepção que se tinha a respeito da condição feminina e dos atributos inerentes ao “sexo frágil”. Como se tornar visível no universo patriarcal, sem ser vista como uma intrusa? Como manejar a pena, objeto fálico, para dela poder desfrutar daquilo que só aos homens era dado conhecer? Quaisquer que sejam as respostas a essas perguntas, acreditamos que elas não podem deixar de lado o fato de que as mulheres não só aprenderam a escrever, mas, sobretudo, fizeram da escrita um exercício de resistência a toda aquela política de silenciamento que, durante séculos, lhes havia sido imposta. De acordo com Oliveira (2008), podemos, a princípio, definir o termo *resistência* como força que se opõe a outra. Logo, resistir acarreta “oposição, divergência, transgressão, ruptura, insatisfação que implica relação de poder” (OLIVEIRA, 2008, p. 35). Para este autor, a resistência seria uma tensão que emerge com o intuito de alterar as relações de poder. Nesse caso, a resistência seria, então, “a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito” (OLIVEIRA, 2008, p. 37). Podemos exemplificar o que vem a ser resistência, na concepção apresentada anteriormente, recorrendo um pouco à história da trajetória da escrita de autoria feminina no Brasil. Lembremos que, para as nossas primeiras bandeirantes das letras, escrever representou uma força da vontade que resistiu à pressão ideológica de outra força que lhes era adversa: não escrever. Essa última era exterior às mulheres-esritoras porque advinha de um conjunto de discursos que reiteravam ser o ato de escrever não pertencente ao universo feminino e, portanto, proibido a toda e qualquer mulher.

Embora, conforme afirma Oliveira (2008), a oposição, a divergência, a transgressão, a ruptura e a insatisfação sejam marcas da resistência, devemos frisar que, a nosso ver, em se tratando de escrita de autoria feminina no Brasil oitocentista, a resistência foi desenvolvida pelas mulheres-esritoras não no embate direto. Pelo contrário, elas foram negociando com as estruturas do poder e com os valores do

patriarcado, trazendo-os, sobretudo, para o interior de seus escritos, atitude essa que, a nosso ver, se configura como uma estratégia de resistência e de inserção a um só tempo. Estabelecendo tais negociações, as mulheres-escritoras puderam, paulatinamente, adentrar no *dominus* masculino. Sob essa perspectiva, acreditamos que o que auxiliou a elas adentrarem no tão hermético mundo da escrita foi o fato de terem desenvolvido o que estamos chamando de práticas de escrita feminina.

Se recorrermos a um dicionário, eis o significado atribuído ao vocábulo *prática*: “s.f. 1 ação, execução, exercício 2 realização concreta de uma teoria 3 capacidade que resulta da experiência 4 maneira usual de fazer ou agir; costume, hábito” (DICIONÁRIO HOUAISS, 2004, p. 388). Quanto ao vocábulo *feminino*, estamos empregando-o para designar tudo aquilo que diz respeito à mulher, ou seja, “‘feminino’ despojadamente se refere ao sexo feminino, e, quando um livro é de autoria feminina, significa, apenas, que foi escrito por uma mulher” (XAVIER, 1991, p. 11), já que, como reitera a crítica citada, considerando-se a tênue relação entre sujeito e linguagem, “quando uma mulher articula um discurso, este traz a marca de suas experiências, de sua condição” (XAVIER, 1991, p. 13). Dessa forma, ao atrelarmos ao sintagma nominal *prática* o sintagma preposicional *de escrita feminina*, estamos querendo designar, agora com todo o grupo nominal, o exercício social e simbólico da escrita desenvolvido por mulheres. Compreendido dessa forma ampla, podemos inserir, dentro das práticas de escrita feminina, textos dos mais diversos gêneros textuais seja com fins estéticos, seja com fins pragmáticos. Desse modo, no estudo das práticas de escrita feminina, textos como romance, crônicas, contos, poesias serão colocados ao lado de textos como receitas, álbuns de família, livros de assentamento, diários. Todos esses textos terão importância para os estudos interessados na reflexão sobre escrita de autoria feminina, ainda que as formas de análise exigidas por cada um deles sejam diferentes.

Na história da literatura de autoria feminina, o desenvolvimento da prática de escrita dos mais diferentes gêneros textuais e literários pode ser visto como algo que ocorreu marcado pela necessidade das mulheres de se inscreverem no mundo masculino das letras e pelo risco iminente de serem apagadas dele. Inscrever-se e poder ser apagada parece ter sido o dilema que atormentou muitas das mulheres que se aventuraram a escrever. Algumas, embora indecisas sobre se deviam guardar seus escritos ou apagá-los, optaram pela primeira alternativa; e hoje é possível ter acesso ao

modo como viveram, pensaram e representaram a realidade de que faziam parte. Outras, infelizmente, acabaram se livrando de seus escritos por achá-los inúteis, frívolos. Dessas, restam apenas referências esparsas, mas obra nenhuma; ou, o que é pior, o completo anonimato. No entanto, mesmo dentre as mulheres que escreveram, a escrita, para usar uma expressão de Chartier (2007), não foi capaz de “conjurar contra a fatalidade da perda”. Delas, perderam-se as obras, esqueceram-se os nomes, apagaram-se os traços. Embora saibamos que os escritos não tenham sido feitos para durar e que o apagamento, apesar de temido, é necessário, sabemos também que, no caso das mulheres e de outras minorias, a política de esquecimento não foi involuntária. Pelo contrário, ela foi bastante proposital, instituída, direcionada, pensada e executada.

Mesmo assim, as mulheres não esmoreceram e partiram na luta contra a imposição do silêncio, o qual, sendo o Verbo Deus e, portanto, Homem, era, então, o comum das mulheres: “o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento” (PERROT, 2005, p.09). Apesar de emparedadas por uma política de silenciamento, elas procuraram formas para subvertê-la e/ou para resistir, fazendo do silêncio uma arma a favor de si próprias, conforme afirma Perrot:

Evidentemente, as mulheres não respeitaram essas injunções. Seus sussurros e seus murmúrios correm na casa, insinuam-se nos vilarejos, fazedores de boas ou más reputações, circulam na cidade, misturados aos barulhos do mercado ou das lojas, inflado às vezes por suspeitos e insidiosos rumores que flutuam nas margens da opinião. Teme-se a sua conversa fiada e sua tagaralice, formas, no entanto, desvalorizadas da fala. Os dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História (PERROT, 2005, p. 10).

Se o acesso ao livro ou à escrita (literária, sobretudo), “modo de comunicação distanciada e serpentina, capaz de enganar as clausuras [e de] penetrar na intimidade mais bem guardada” (PERROT, 2005, p. 10), foi negado às mulheres, era preciso procurar outras formas para falarem de si mesmas e para deixarem, ao menos, indícios, vestígios de uma presença e memórias femininas que, apesar de esgarçadas, foram resistindo não só ao tempo, mas, sobretudo, às políticas de silenciamento e ocultamento.

A consideração crescente pela vida privada, familiar ou pessoal, fez com que os estudiosos e estudiosas lançassem olhares sobre fontes vistas, negligentemente, como não-oficiais: cadernos de receitas, álbuns de fotografias, diários íntimos, cadernos de anotações, livros de assentamentos, cartas, fotografias. Esses são alguns exemplos de fontes de que as mulheres se valeram para resistirem “à impossibilidade de falar[em] de si mesma[s] e do seu próprio ser, ou ao menos, o que se pode saber dele” (PERROT, 2005, p. 10). Portanto, as fontes tidas como não-oficiais são uma via alternativa para o resgate de algumas das práticas da memória feminina, as quais, por sua vez, acreditamos, podem revelar traços do feminino, sobretudo em esferas privadas.

Como fomos forjados dentro de uma tradição que cristalizou formas de ser e de existir e canonizou, por sua vez, determinadas fontes para estudos acadêmicos, é preciso, pois, fazer ouvir os murmúrios de outras fontes, dar voz ao silêncio que, durante muito tempo, foi a marca que as singularizava. Se certas fontes foram credenciadas; outras não receberam as devidas credenciais para serem reconhecidas como objeto de registro histórico e, portanto, tomadas como elementos de análises científicas, visto que foram, de chofre, denominadas como insignificantes. Como as fontes “oficiais” não falam das mulheres, cujos traços foram apagados, tanto na esfera privada, quanto na pública, é preciso buscar também fontes alternativas a partir das quais traços do feminino se façam notar e mostrem a resistência das mulheres às investidas da opressão masculina.

Visto que a escrita era um fruto proibido para as mulheres, era-lhes permitido, nas raras exceções, aproximar-se desse fruto desde que ele não as fizesse cair em tentação. As mulheres podiam escrever desde que os seus escritos não ferissem a moral e os bons costumes. Escrever, por exemplo, receitas ou registrar como manter a casa em ordem era, dentro do código patriarcal, referendar os valores do “sermo paterno”. Todavia, escrevendo sobre aquilo a que estavam mais próximas, as mulheres foram, paulatinamente, adentrando no universo da escrita. Para corroborar nossa fala, citemos as seguintes palavras de Perrot (2005):

O uso [da escrita], essencial, repousa sobre o seu grau de alfabetização e o tipo de escrita que lhes é concedido. Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta...), elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação – o jornalismo

por exemplo – e da criação: poesia, romance sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente. Debates e combates balizam estas travessias de uma fronteira que tende a se reconstituir, mudando de lugar (PERROT, 2005, p. 13).

Estudar os textos produzidos por mulheres é um bom exercício para entender também as práticas da memória feminina, já que, “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”, uma vez que não lhes foi dado poder para gozar de espaço na narrativa histórica tradicional: “esta privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas (as mulheres) aparecem pouco” (PERROT, 2005, p. 33). Portanto, é preciso que, ao lado de fontes “oficiais” como romances, poemas, peças teatrais, estudemos também textos em que a história oficial não foi escrita/inscrita e nos quais a presença feminina se faça notar, já que ela foi alijada da narrativa histórica. Por outro lado, não queremos dizer que devemos deixar de estudar os textos literários. Não é a nossa proposta, pois tanto os textos literários de autoria feminina quanto os outros textos que, embora não recebam o qualificativo de *literário*, foram igualmente escritos por mulheres são elementos importantes naquilo que se constitui uma grande empreitada: a construção de uma memória (literária ou não) feminina na cultura brasileira.

Se nas receitas, nos cadernos de assentamentos, elas ousaram “escrever alguma lembrança ou uma confissão que se juntava na linha adiante com o preço do pó do de café e da cebola” (TELLES, 1997, p. 60), nos romances, contos ou poesias, as lembranças, as confissões e os sonhos integraram o universo de muitas personagens trancafiadas na esfera da servidão, do confinamento e cujos anseios de liberdade, em alguns casos, não passaram de efêmeros suspiros. Portanto, seja escrevendo livros de receitas, cadernos de anotações, diários, seja colecionando fotos em seus álbuns de família, seja produzindo poesias, contos, crônicas ou romances, a presença das mulheres no universo da escrita é importante não só como forma de autoafirmação, mas, sobretudo, como uma maneira de entender, a partir de um discurso próprio, como essas mulheres se incorporaram à cultura de seu país, no que diz respeito a seus mitos, crenças, imaginário e ideologia (SHARPE, 1997).

Os escritos femininos, soterrados por uma tradição patriarcal, podem dizer muito das mulheres que não se mantiveram inertes na busca por reconhecimento em

espaços restritos apenas aos homens. Os textos produzidos por elas trazem indícios do início da trajetória de mulheres que procuraram adentrar em um espaço onde a participação feminina não era bem vista, revelando, portanto, os primeiros esforços dessas pioneiras no duro processo de se apresentarem como escritoras em um país cuja tradição literária era escrita com a pena masculina, o que fez com que a produção literária feminina e seus temas fossem vistos como inferiores, indignos, portanto, de circular em nossas vitrines literárias. Todavia, conforme vários pesquisadores e pesquisadoras vêm reiterando, tais textos, a partir de temas aparentemente amenos, são imprescindíveis não só à compreensão da presença feminina em nossa literatura, mas, sobretudo, revelam as contribuições das mulheres à cultura brasileira, razão por que devem figurar como objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

GENET, Jean. *Um cativo apaixonado: romance autobiográfico*. Tradução de Cláudia Fares. São Paulo: Arx, 2003.

OLIVEIRA, Romair Alves de. *A escritura de resistência em Júlia Lopes de Almeida: A viúva Simões*. João Pessoa, 2008. 179 pp. Tese (Doutoramento em Letras) – Universidade Federal da Paraíba.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

SHARPE, Peggy. Introdução. In: _____. *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997, p.15-21.

SCHNEIDER, Liane. A representação do feminino como política de resistência. In: PETERSON, Michel e NEIS, Ignácio Antonio. *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000.

TELLES, Norma. Escritoras, escrita e escritura. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 401-442.

TELLES, Lygia Fagundes. A mulher escritora e o feminismo no Brasil. In: SHARPE, Peggy. *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.

XAVIER, Elódia. Reflexões sobre a narrativa de autoria feminina. In: _____. *Tudo no*

feminino: a mulher e a narrativa brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, p. 11-16.